



Por que certas sociedades apresentam em determinados períodos de sua história tão grande capacidade de inovação, como ocorreu na Grécia de Péricles? Por que outras favorecem em dado momento a invenção de técnicas em detrimento da criação de valores, como aconteceu na Inglaterra da Revolução Industrial? Será que o avanço tecnológico reprime a criação dos valores substantivos que são a conquista maior do espírito humano? Pode haver desenvolvimento sem criatividade própria? Em outras palavras: a dependência econômica, a que chamamos de subdesenvolvimento, implica dependência cultural? A globalização agrava esse processo? Estas são questões fundamentais que Celso Furtado formula neste livro provocativo. Com sua visão abrangente que vai muito além da economia, o autor faz uma análise rigorosa dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos, imprescindível nesta fase de planetarização do sistema do poder em que surgem um novo quadro conceitual e novas formas de apreender a realidade social.

# CELSO FURTADO

## INTRODUÇÃO AO DESENVOLVIMENTO

### ENFOQUE HISTÓRICO-ESTRUTURAL

INTRODUÇÃO AO DESENVOLVIMENTO CELSO FURTADO



3<sup>a</sup>

edição revista  
pelo autor

ISBN 85-219-0373-1



PAZ E TERRA

## SUMÁRIO

F9871  
3. ed.

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte  
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

Furrado, Celso, 1920-  
Introdução ao desenvolvimento :  
ênfase histórico-estrutural/  
Celso Furrado. — 3. ed. revista pelo autor. —  
Rio de Janeiro : Paz e Terra, 2000

ISBN 85-219-0373-1

1. Desenvolvimento econômico. 2. História econômica.  
3. Áreas subdesenvolvidas. I. Título

00-1426

CDD-338.9  
CDU-330.34

EDITORA PAZ E TERRA S/A

Rua do Triunfo, 177

Santa Ifigênia, São Paulo, SP — CEP 01212-010

Tel.: (011) 223-6522

E-mail: vendas@pazeterra.com.br

Home Page: www.pazeterra.com.br

2000

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Apresentação .....	7
(I) O desenvolvimento: visão global .....	9
A idéia de progresso .....	9
Difusão social da racionalidade instrumental .....	11
A tecnologia na reprodução da sociedade capitalista ..	13
(II) Desenvolvimento-subdesenvolvimento: a problemática atual .....	21
As dimensões do conceito de desenvolvimento .....	21
Visão sintética do processo desenvolvimento- subdesenvolvimento .....	26
III – A nova visão do desenvolvimento: influência de alguns autores .....	31
IV – Conceitos fundamentais .....	41
V – A dialética inovação-difusão das técnicas .....	49
Horizonte do processo de acumulação .....	49
Os dois eixos do processo acumulativo .....	50
Duas dimensões da divisão social do trabalho .....	52
O nível da técnica e os limites da acumulação .....	54
O substrato social do processo de inovação e difusão de técnicas superiores .....	59

sígnios últimos nos dá os valores, os quais podem ser morais, religiosos, estéticos etc.

Permanece ignorada a razão pela qual uma sociedade favorece, neste ou naquele momento de sua história, a criação de técnicas e não de valores substantivos. Menos conhecidas ainda são as razões que orientam a criatividade de valores substantivos para o plano estético, religioso, político ou do saber puro. Contudo, não temos dúvida de que a inovação, no que respeita aos meios, vale dizer, o progresso técnico, possui um poder de difusão muito maior do que a criação de valores substantivos.

Na civilização industrial o gênio inventivo do homem foi canalizado de preferência para a criação técnica, o que explica sua extraordinária capacidade expansiva. A esse quadro histórico deve-se atribuir o fato de que a teoria do desenvolvimento em nossa época se haja circunscrito à lógica dos meios, tendendo a confundir-se com a explicação do sistema produtivo que emergiu com a civilização industrial. Os valores substantivos são considerados como meros epifenômenos.

No presente texto pretende-se ampliar o quadro do estudo do desenvolvimento. Não existe a pretensão de elaborar uma teoria da criatividade cultural mas intenta-se enfatizar o desenvolvimento como um processo global: transformação da sociedade não só em relação aos meios mas também aos fins; processo de acumulação e de ampliação da capacidade produtiva, mas também de apropriação do produto social e de configuração desse produto; divisão social do trabalho e cooperação, mas também estratificação social e dominação; introdução de novos produtos e diversificação do consumo, mas também destruição de valores e supressão de capacidade criadora.

Rio de Janeiro, outubro de 2000

*Iluminismo: hist. como unidade*  
*Pl. o racional.*  
*Assimilação de espaço, o espaço do tempo e de futuro. Melhor q. presente*  
*Acesso a níveis superiores de civilização. A povos retardados de Toré da Europa*  
Rio de Janeiro, outubro de 2000  
Célio Furtado

Sec. XVIII => Filosofia da hist. Concepções teleológicas  
W. B. D., assume papel de sujeito de "sujeito", m.  
de existência e realidade no e pelo processo hist.

### O DESENVOLVIMENTO:

#### VISÃO GLOBAL

↳ Tal visão é otimista e maposita ibeira de um futuro melhor, mas produtivo e menos alienante, e l. cen. v.eds. do presente sendo superiores. Identific. do sujeito e causal. Visão de classe que não é étnica, v. q. n. e, e p. c. etc.  
↳ Nessa sentido, progresso não é auto-télico mas depende do estágio de desenvolvimento. A ideia de progresso varia.

As raízes da ideia de progresso podem ser detectadas em três correntes do pensamento europeu que assumem uma visão otimista da história a partir do século XVIII. A primeira delas se filia ao Iluminismo, que concebe a história como uma marcha progressiva para o racional. A segunda brota da ideia de acumulação de riqueza, na qual está implícita a opção de um futuro que encerra uma promessa de melhor bem-estar. A terceira, enfim, surge com a concepção de que a expansão geográfica da influência europeia significa para os demais povos da Terra, implicitamente considerados "retardados", o acesso a uma forma superior de civilização.

A emergência, no século XVIII, de uma filosofia da história — visão secularizada do devir social — assume, principalmente na Alemanha, a forma da busca de um "sujeito" cuja essência se realizaria mediante o próprio processo histórico. As faculdades, atribuídas por Kant à consciência do sujeito transcendental, são o ponto de partida de uma visão globalizante da história, concebida como transformação do caos em ordem racional. Com Hegel a humanidade assume o papel do sujeito: entidade que se reproduz segundo uma lógica que aponta na direção do progresso. Essa visão otimista do processo histórico, que leva a antever um futuro possível sob a forma de uma sociedade mais produtiva e menos alienante, na qual as contradições do presente são superadas, induz a buscar um agente privilegiado, vetor

Adam Smith, Ricardo e Malthus. O progresso e a riqueza são essenciais para a humanidade. A riqueza é o objetivo final da atividade humana. A riqueza é o bem-estar. A riqueza é a base da civilização. A riqueza é a base da moralidade. A riqueza é a base da justiça. A riqueza é a base da liberdade. A riqueza é a base da paz. A riqueza é a base da harmonia. A riqueza é a base da felicidade. A riqueza é a base da vida. A riqueza é a base da morte. A riqueza é a base da eternidade. A riqueza é a base de tudo.

cinco anos antes da publicação da Critica da razão pura, circulara A riqueza das Nações, livro no qual Adam Smith pretende demonstrar que a busca do interesse individual é a mola propulsora do bem-estar coletivo. A harmonia que Kant pretende descobrir nas faculdades heterogêneas do espírito humano sob a forma de senso comum, em Adam Smith aparece na ordem social como obra de uma mão invisível. Mas essa harmonia social pressupõe certo quadro institucional. A riqueza de que se apropriava o barão feudal, nos lembra Smith, era de escassa valia para a coletividade, posto que dependida com comensais ou esterilizada. Somente ali onde os homens são livres para transacionar entre si em função dos próprios interesses, e ali onde são mínimos os obstáculos à circulação de pessoas e bens e ao exercício da iniciativa individual, emerge a referida harmonia. O progresso, portanto, não surge necessariamente da "lógica da história", mas está inscrito no horizonte de possibilidades do homem, e o caminho para alcançá-lo é perceptível pelo sentido comum. Tudo se resume em dotar a sociedade de instituições que possibilitem ao indivíduo realizar plenamente suas potencialidades.

No quadro do mercantilismo e do Pacto Colonial, o comércio era considerado pelos europeus ato de império, inseparável, portanto, do poder das nações que o praticavam. Essa doutrina seria demolida a partir de meados do século XVIII e progressivamente substituída pelas idéias liberais na primeira metade do século XIX. Como não perceber, dizem os liberais, que a especialização entre países permite levar ainda mais longe a divisão social do trabalho, cujos efeitos positivos sobre a produtividade são notórios em todos os países? O intercâmbio internacional conduz, segundo essa doutrina, a uma melhor utilização dos recursos produtivos em cada país e põe em marcha um processo graças ao qual todos os países dele participantes têm acesso aos frutos dos aumentos de produtividade que ele mesmo gera. Um dos corolários dessa doutrina era que as economias da Europa, ao forçarem outros povos a integrar-se em suas linhas de comércio, cumpriam uma missão civilizadora, contribuindo para libertá-los do peso de tradições obscurantistas.

Resumo da obra de Adam Smith e Ricardo e Malthus no livro de progresso e a base da civilização social. A riqueza é o objetivo final da atividade humana. A riqueza é a base da moralidade. A riqueza é a base da justiça. A riqueza é a base da liberdade. A riqueza é a base da paz. A riqueza é a base da harmonia. A riqueza é a base da felicidade. A riqueza é a base da vida. A riqueza é a base da morte. A riqueza é a base da eternidade. A riqueza é a base de tudo.

produzir uma visão otimista da história — visão que encontrava a sua síntese na idéia de progresso —, a realidade social da época estava longe de ser confortante. E verdade que a ascensão do capitalismo comercial, que se vinha prolongando pelos séculos anteriores, não chegara a afetar de forma significativa a organização da produção. Produtos originários da agricultura senhorial, de manufaturas corporativas e, ocasionalmente, de economias coloniais penetram nos circuitos comerciais e reforçavam o poder financeiro de uma classe burguesa cuja presença na esfera política se ia fazendo cada vez mais sensível. A apropriação do excedente social continuava a refletir a relação de forças da classe burguesa (controladora dos canais comerciais) com os proprietários de terras, com os dirigentes das corporações de ofício e subcontratistas da produção. Mas mudanças fundamentais na organização da produção e na estrutura social começam a produzir-se com frequência crescente, à medida que as estruturas tradicionais de dominação são desmanteladas (caso das corporações) ou metamorfoseadas em elementos passivos (caso dos senhores das terras transformados em rentistas).

O processo de emergência de novas estruturas de dominação social deriva de que as relações mercantis, antes circunscritas ao intercâmbio de produtos finais ou semifinais, tendem a verticalizar-se: a penetrar na estrutura da produção, vale dizer, a transformar os ingredientes da produção em mercadorias. Tanto a terra quanto a capacidade do homem para produzir trabalho passam a ser vistas do ângulo de seu valor de troca, como objetos de transações mercantis. As consequências desse processo que conduz do capitalismo comercial ao industrial foram de duas ordens principais. Por um lado, abrem-se novas e consideráveis possibilidades à divisão social do trabalho, particularmente no setor manufatureiro: a especialização do produto ou de uma fase importante da produção — a pressão das corporações se exercia no sentido da integração vertical da produção — seria substituída pela divisão do trabalho em tarefas simples, o que ampliava a possibilidade do uso de instrumentos. Por outro, o principal interlocutor do capitalista deixa de ser um membro da estrutura de dominação social, ou uma entidade com direitos inalienáveis, para ser um trabalhador isolado, facilmente substituível em razão da simplicidade da tarefa que realiza.

Novas estruturas de dominação social surgem a partir da emergência da nova classe social. A riqueza é o objetivo final da atividade humana. A riqueza é a base da moralidade. A riqueza é a base da justiça. A riqueza é a base da liberdade. A riqueza é a base da paz. A riqueza é a base da harmonia. A riqueza é a base da felicidade. A riqueza é a base da vida. A riqueza é a base da morte. A riqueza é a base da eternidade. A riqueza é a base de tudo.

A penetração dos critérios mercantis na organização da produção não é outra coisa senão a ampliação do espaço social submetido à racionalidade instrumental. O capitalista, que antes tratava com senhores de terras, com corporações detentoras de privilégios e entidades similares, passa a lidar com "elementos da produção", passíveis de serem visualizados abstratamente, comparados, reduzidos a um denominador comum, submetidos ao cálculo. A partir desse momento, a "esfera das atividades econômicas" poderá ser concebida isoladamente das demais atividades sociais. A concepção do econômico como uma esfera autônoma reflete a visão que tem o capitalista da realidade social, e essa visão se contrapõe à hierárquica tradicional, voltada para a perpetuação de certos privilégios. Contudo, o avanço da "racionalidade" é inseparável da ampliação da área das relações sociais submetida aos critérios da organização mercantil.

Independentemente de outras considerações que sobre este ponto se possam fazer, cabe assinalar que a crescente subordinação do processo social aos critérios da racionalidade instrumental teria de acarretar modificações em profundidade na organização social. Na agricultura isso levava ao despovoamento de zonas rurais e ao deslocamento de populações para as cidades ou para novas zonas de colonização, inclusive em outros continentes. A revolução dos preços, provocada pela maior eficiência da maquinofatura, apressaria o desmoronamento das organizações artesanais em regiões em que não havia condições para a criação de formas alternativas de emprego.

Dessa forma, ao acelerar-se a acumulação com a penetração progressiva das relações mercantis na organização da produção, as estruturas sociais entram em rápida transformação. Algumas das manifestações dessa transformação — urbanização caótica, desorganização da vida comunitária, desemprego em massa, redução do homem, inclusive de menores, a simples força de trabalho — causaram fundo mal-estar nos contemporâneos. Explica-se, assim, a visão pessimista dos economistas da primeira metade do século XIX com respeito ao devir do capitalismo. Contudo, essa visão pessimista se traduziu em crítica, não ao capitalismo e sim aqueles que se imaginava podiam obstaculizar a aceleração da acumulação: os operários, que começavam a organizar-se para exigir melhores condições de vida, e os senhores feudais, que canalizavam para um consumo conspicuo os benefícios advindos da produção gerada pelo crescimento demográfico no sentido de elevação da classe média. *Essa visão microeconômica da técnica clássica marxista vê o técnico, apenas como um meio de produção, esquecendo de um fator decisivo: a mão de obra, cujas condições técnicas, o tempo disponível do processo de acumulação, e a qualidade de vida, são fatores decisivos de seus produtos.*

renda da terra. Em face do dinamismo demográfico que se seguiu à rápida urbanização, o "princípio de população" formulado por Malthus parecia, aos economistas da época, irretorquível: toda elevação do salário real seria anulada pelo crescimento demográfico que ela mesma engendrava. Por outro lado, a lei dos rendimentos decrescentes, que prevalecia na agricultura, e a pressão para elevar a renda da terra, que acompanhava a expansão agrícola em terras de qualidade inferior, operavam de forma convergente para reduzir o potencial de investimento, freando a capacidade do sistema para criar emprego.

Essa idéia de que o sistema capitalista estaria permanentemente ameaçado de soçobrar, aumentando as faixas de misérias na sociedade, por insuficiência de acumulação, serviria para justificar a forte concentração da renda que então ocorria e que vinha a caracterizá-lo definitivamente. É certo que Karl Marx, longe de inferir conclusões pessimistas dessa ameaça de crise, aí descobre uma clara indicação de que as "condições internas" do sistema capitalista tendiam necessariamente a agravar-se. Na linha do pensamento hegeliano, tais contradições eram vistas como sinais anunciadores de uma forma superior de sociedade, mais produtiva e menos alienante, em estado de gestação. Mas também é verdade que os próprios críticos do capitalismo contribuíram para manter, na fase em que maior foi o custo social do processo de acumulação, a visão herdada do século anterior, a qual levava a identificar nesse esforço de acumulação o caminho de acesso a formas superiores de vida. Os sacrifícios impostos à população seriam apenas as "dores do parto" de um mundo melhor. *Marx no livro, apesar de identificar a causa, trata a ameaça da crise de forma leve, e não se dá conta de que a acumulação de riqueza, pelo processo de acumulação, logo passa a ser o problema.*

Ao identificarem acumulação com um fundo de salários, ou seja, com um estoque de bens de consumo corrente, e ao pretenderem medi-la em unidades homogêneas de trabalho simples, os economistas clássicos tornaram ainda mais difícil a compreensão do papel da evolução da técnica na sociedade capitalista. O avanço das técnicas tendeu a ser visto como um meio de contornar a escassez de um fator de produção, no nível de uma unidade produtiva. Essa visão microeconômica da técnica pelo prisma do agenciamento dos ingredientes da produção (recursos naturais, trabalho e capital) está na origem de muitas das dificuldades clássicas marxistas. *Essa visão microeconômica da técnica clássica marxista vê o técnico, apenas como um meio de produção, esquecendo de um fator decisivo: a mão de obra, cujas condições técnicas, o tempo disponível do processo de acumulação, e a qualidade de vida, são fatores decisivos de seus produtos.*



*Progresso técnico e conj. de transformações sociais, a possibilidade de desenvolvimento por meio do processo de acumulação. A acumulação, que consiste em captar recursos adicionais e utilizá-los em projetos de investimento, é o motor de desenvolvimento econômico. A acumulação de recursos produzidos por um sistema econômico, renováveis e não-renováveis, é o motor de desenvolvimento econômico. O processo de acumulação é o motor de desenvolvimento econômico.*

Progresso técnico é, em realidade, uma expressão vaga que, no seu uso corrente, cobre o conjunto das transformações sociais que possibilitam a persistência do processo de acumulação, por conseguinte a reprodução da sociedade capitalista. A primeira vista, acumular é simplesmente transferir para o futuro o uso final de recursos já disponíveis para o consumo. Mas ocorre que, na sociedade capitalista, a esse ato de "renúncia" corresponde uma remuneração, a qual somente se efetivará se os recursos acumulados assumirem a forma de capital. Prosseguir com a acumulação significa, portanto, encontrar as condições para manter e desenvolver recursos econômicos em capital. Visto de outro ângulo: a sociedade capitalista, para preservar suas características essenciais, necessita unir à capacidade de postergar o uso de uma parte dos recursos de que dispõe essa outra capacidade de transformar o que acumula em capital, vale dizer, em recursos remunerados. Isso somente ocorre se, no horizonte de possibilidades técnicas aberto à aplicação dos recursos que se estão acumulando, surgem respostas aos requerimentos da sociedade com respeito ao uso final da renda. Não é suficiente que exista progresso técnico. Este deve criar novo espaço para que a acumulação se faça sob a forma de criação de novo capital. Excluída a hipótese de uma prévia alteração na estrutura do sistema (tal uma modificação significativa na distribuição da riqueza e da renda), o processo de acumulação tende a satisfazer o projeto de utilização final da renda do conjunto da coletividade, projeto esse que reflete a relação de forças entre os grupos que compõem a referida coletividade. O progresso técnico, ao viabilizar a acumulação, está a serviço da realização desse projeto, por conseguinte da reprodução da sociedade, o que se deve entender como desdobramento de suas potencialidades, portanto em um sentido dinâmico.

*O progresso técnico é o conj. de fatores q. possibilitam quando básico de la. da sociedade de acumulação de recursos e a natureza do problema se circunscrevem o progresso técnico ao plano microeconômico, esva-ziando-o de seu caráter social. Com efeito, o progresso técnico concebido pelo ângulo da adoção de métodos produtivos mais eficazes — na ausência da introdução de novos produtos, ou seja, de novos padrões de consumo — não seria suficiente para fundar o processo acumulativo a acumulação somente se mantiver a sociedade capitalista. A partir de certo ponto, a acumulação mediante a diminuição das desigualdades sociais ou a redução da utilização da força de trabalho, o que não se faria sem amplas modificações sociais. Por outro lado, a acumulação que se apóia na simples introdução de novos produtos (outra visão microeconômica do progresso técnico), sem que se modifique a eficiência dos processos produtivos, quando isso seja tecnicamente possível, requererá crescentes desigualdades sociais. Dessa forma, por trás do que chamamos de progresso técnico enfileiram-se complexas modificações sociais, cuja lógica devemos tentar compreender como passo preliminar em todo estudo do desenvolvimento.*

*Quando se analisam de perto as condições de existência da sociedade humana, tem-se a impressão de que a sociedade humana, em qualquer estágio de seu desenvolvimento, não é senão o resultado da interação de dois fatores: a tecnologia e a organização social.*

Na ausência de modificações na disponibilidade de recursos naturais, na tecnologia e na composição da demanda final, a acumulação como formação de capital tende necessariamente a um ponto de saturação. Modificações na distribuição da renda no sentido igualitário podem abrir-lhe novos canais, mas não evitam que se tenda ao referido ponto de saturação. O mesmo se pode dizer com respeito à descoberta de recursos naturais de melhor qualidade ou mais abundantes, e também dos efeitos positivos da abertura de novas linhas de comércio exterior. Nada disso modifica o quadro básico que é o da tendência aos rendimentos decrescentes, à medida que o investimento se faça redundante. Chamamos de progresso técnico ao conjunto de fatores que modificam esse quadro básico. Trata-se, evidentemente, de modificações que dizem respeito ao conjunto do sistema, que concernem à sua morfogênese. Daí que não seja possível captar a natureza do problema se circunscrevermos o progresso técnico ao plano microeconômico, esva-ziando-o de seu caráter social. Com efeito, o progresso técnico concebido pelo ângulo da adoção de métodos produtivos mais eficazes — na ausência da introdução de novos produtos, ou seja, de novos padrões de consumo — não seria suficiente para fundar o processo acumulativo a acumulação somente se mantiver a sociedade capitalista. A partir de certo ponto, a acumulação mediante a diminuição das desigualdades sociais ou a redução da utilização da força de trabalho, o que não se faria sem amplas modificações sociais. Por outro lado, a acumulação que se apóia na simples introdução de novos produtos (outra visão microeconômica do progresso técnico), sem que se modifique a eficiência dos processos produtivos, quando isso seja tecnicamente possível, requererá crescentes desigualdades sociais. Dessa forma, por trás do que chamamos de progresso técnico enfileiram-se complexas modificações sociais, cuja lógica devemos tentar compreender como passo preliminar em todo estudo do desenvolvimento.

A sociedade capitalista, a que devemos o tipo de civilização material que hoje predomina em quase todo o planeta, reproduz-se pouco em marcha um processo de formação de capital que historicamente foi mais rápido do que o crescimento demográfico. Não é o caso de indicar neste momento as razões históricas que estão por trás dessa forma de dinamismo, bastando lembrar o que dissemos sobre o desmantelamento das formas tradicionais de controle social, ocorrido no período em que teve lugar a aceleração da acumulação, e referir a posição hegemônica que tomou o desenvolvimento econômico e social durante esse período.

*Progresso técnico é o conj. de fatores q. possibilitam quando básico de la. da sociedade de acumulação de recursos e a natureza do problema se circunscrevem o progresso técnico ao plano microeconômico, esva-ziando-o de seu caráter social. Com efeito, o progresso técnico concebido pelo ângulo da adoção de métodos produtivos mais eficazes — na ausência da introdução de novos produtos, ou seja, de novos padrões de consumo — não seria suficiente para fundar o processo acumulativo a acumulação somente se mantiver a sociedade capitalista. A partir de certo ponto, a acumulação mediante a diminuição das desigualdades sociais ou a redução da utilização da força de trabalho, o que não se faria sem amplas modificações sociais. Por outro lado, a acumulação que se apóia na simples introdução de novos produtos (outra visão microeconômica do progresso técnico), sem que se modifique a eficiência dos processos produtivos, quando isso seja tecnicamente possível, requererá crescentes desigualdades sociais. Dessa forma, por trás do que chamamos de progresso técnico enfileiram-se complexas modificações sociais, cuja lógica devemos tentar compreender como passo preliminar em todo estudo do desenvolvimento.*

*Deletar de posição estereó. de sociedade agora no sentido de com-  
mônica das economias em industrialização na fase de implantação do  
sistema de divisão internacional do trabalho. O certo é que, estabelecido  
do certo padrão de apropriação do produto social, o comportamento  
das classes dominantes orientou-se no sentido de preservá-lo, o que por  
sua vez exigiu que fosse mantido um esforço mínimo de formação de  
capital.*

Com efeito, os que controlam as posições estratégicas na sociedade de capitalista orientam-se naturalmente pelo propósito de conservar os privilégios de que desfrutam na apropriação do produto social. Ao fazê-lo, põem em marcha um processo intenso de acumulação, dando origem a uma demanda de mão-de-obra que tende a superar o crescimento demográfico. Se na fase inicial — quando se desmantelaram as estruturas artesanais — o processo de acumulação realizou-se em condições de oferta elástica de mão-de-obra, com o tempo ele teria de enfrentar crescente rigidez dessa oferta, requerendo traslados de populações, ativação do potencial de trabalho feminino etc. A reprodução da economia capitalista não é concebível, nem mesmo teoricamente, sem modificações nas estruturas sociais. Com efeito, se supomos a hipótese de um crescimento do produto similar ao da população — a acumulação seria apenas suficiente para absorver o aumento vegetativo da força de trabalho — temos consequentemente de admitir a redução da participação dos lucros no produto e/ou o aumento relativo do consumo dos rentistas. Ora, qualquer dessas saídas seria incompatível com o caráter competitivo da sociedade capitalista.

A saída encontrada para a superação duradoura das tensões sociais inerentes à reprodução da sociedade capitalista consistiu na orientação do progresso técnico no sentido de compensar a rigidez potencial da oferta de mão-de-obra. Aqueles que pretenderam descobrir na lógica do capitalismo uma tendência inexorável ao estado estacionário ou à agravação dos antagonismos sociais — portanto uma tendência a autodestruir-se — subestimaram as potencialidades da tecnologia como instrumento de poder. Os agentes que dirigem ou controlam as atividades econômicas na sociedade capitalista raramente estão articulados em função de objetivos preestabelecidos. Na realidade, eles competem e disputam entre si um espaço, alimentando assim o processo de acumulação que é responsável, em última instância, pela pressão no sentido de aumento da participação do trabalho na apropriação do produto social. Portanto, ao competirem entre si, tais elementos desen-

*Se no momento em que se inicia a apropriação do produto social, a oferta de mão-de-obra é o tempo todo presente, tende a crescer, a solução orientada do progresso técnico p/ a compensação de crescimento da mão-de-obra.*

*Por fim, a competição do capitalismo privilegia aqueles agentes que podem competir em um tempo e de posse de um produto social, a saber, aqueles que operam para reduzir o espaço que eles mesmos disca-*

Essa situação favorece sobretudo os agentes que inovam visando o economizar mão-de-obra, cuja ação provoca a obsolescência de equipamentos em pleno uso.

Das tensões referidas e do permanente esforço para superá-las surgem as transformações sociais que caracterizam a evolução da sociedade capitalista. A forte acumulação, por um lado, e, por outro, a concentração industrial e financeira — causadas pela busca dos efeitos de escala e de conglomeração — operam no sentido de transformar o trabalhador individual em elemento de grupamentos sociais estruturados, dando origem a novas formas de poder, o que facilita a transferência para o plano político da abordagem dos conflitos sociais. Dessa forma, o particular dinamismo da sociedade capitalista tem sua causa primária no fato de que a reprodução da estrutura de privilégios que lhe é inerente apóia-se na inovação técnica. Em outras palavras: porque assegura a reprodução dos privilégios, o avanço da técnica encontra nesse tipo de sociedade todas as facilidades para efetivar-se. Mas a absorção do progresso técnico em uma sociedade competitiva implica forte acumulação, e esta, *per se*, engendra pressões sociais no sentido de redução das desigualdades. Assim, a ação conjugada da inovação técnica e da acumulação concilia a reprodução dos privilégios com a permanência das forças sociais que os contestam.

Sempre que a economia capitalista logra manter-se em expansão, as expectativas dos agentes com interesses antagonísticos podem ser satisfeitas: os salários reais crescem e a participação no produto social dos capitalistas e outros grupos privilegiados tende a ser mantida. Ao observador que se detém na aparência, apresenta-se um quadro de conflitos de classe e de antagonismos entre elementos de uma mesma classe. Como a acumulação e a penetração do progresso técnico acarretam modificações incessantes nos preços relativos, precipitam a obsolescência de instalações, eliminam continuamente produtos dos mercados, alteram a distribuição da renda no espaço e no tempo, concentram o poder econômico etc.; o quadro é de extraordinária mutabilidade e, visto de certo ângulo, aparenta ser mesmo caótico. Mas observando-o de uma perspectiva ampla, logo se constata que é graças a essa mutabilidade (Marx pretendeu descobrir aí uma "anarquia") que a sociedade capitalista reproduz-se preservando o essencial de sua estrutura de classes.

*E por progresso técnico permite manutenção dos privilégios, embora a distribuição do prod. social q. sociedade capitalista é diferente da inovação, so que parte é unid. de seus privilégios (estrut. de classes) a tendência de crescimento constante e aumento das condições de vida de classe.*

sofisticados, mais afastados se encontram tais modelos do caráter multidimensional da realidade social. A isso se deve atribuir o fato de que importantes transformações causadas pela aceleração da acumulação nos últimos decênios — inclusive a emergência das estruturas transnacionais, de crescente importância na orientação dos investimentos, na criação de liquidez e na distribuição geográfica do produto —, hajam ocorrido sem que os teóricos do crescimento tenham captado seus reflexos no comportamento dos sistemas econômicos nacionais. A incapacidade que manifestam atualmente os governos das grandes nações capitalistas para conciliar seus respectivos objetivos de política econômica resulta em parte significativa da orientação assumida pela teoria do crescimento econômico e de sua considerável influência na teoria da política econômica.

De modo, na evolução de um teoria de economia (isto é, a teoria) se trata de estabelecer a possibilidade dos grandes sistemas individuais e como eles se relacionam e evoluem de forma coletiva.

Esse aspecto inelutável de uma intensa acumulação está na origem da instabilidade característica da economia capitalista. A falta de uma teoria da acumulação deve-se atribuir o fato de que a ciência econômica, longe de evoluir para uma explicação dos processos sociais globais, haja tendido a restringir o seu campo de observação, limitando-se a estudar a racionalidade de agentes visualizados isoladamente. Os economistas neoclássicos viram nessa instabilidade o reflexo de "ajustamentos", ou seja, de oscilações em torno de uma "posição de equilíbrio", a qual, entretanto, somente poderia ser definida com rigor no pressuposto da ausência de acumulação. Com efeito, para abstrair o fato econômico de seu contexto social global é mister circunscrever-se a uma análise estritamente sincrônica, ou à hipótese de uma acumulação desvinculada das estruturas sociais. Keynes, fiel à tradição de uma economia pura, adotou um enfoque estático, que o foi apenas na aparência. Seus discípulos logo perceberam que a congruência do papel parâmetro do estoque de capital com um fluxo de investimento líquido somente era obtida se se restringia a análise à consideração de situações de subemprego. No plano macroeconômico, investimento líquido significa necessariamente acumulação.

Os modelos de crescimento em que se traduziu grande parte do trabalho de construção teórica dos economistas nos últimos decênios são um subproduto das tentativas de dinamização do modelo keynesiano. O essencial desse trabalho orientou-se em duas direções: na de encontro com a tradição clássica, ligada a um esquema de distribuição da renda de raízes institucionais, e na de retomada da tradição neoclássica, com base no conceito de função de produção de coeficientes variáveis, relacionando a remuneração dos fatores com suas produtividades marginais respectivas. Esse esforço de teorização resultou ser de escassa significação para o avanço das idéias sobre desenvolvimento. Contudo, ele constituiu o ponto de partida de importantes avanços na análise macroeconômica e permitiu fundar sobre bases mais sólidas a política econômica, quando esta não tem em vista mudanças estruturais de relevância. A incapacidade dos modelos de crescimento para captar as transformações estruturais — isto é, a interação do "econômico" com o não-econômico —, e para registrar as complexas reações que ocorrem nas fronteiras do sistema econômico — relações com outros sistemas econômicos e com o ecossistema —, deriva da forma mesma como é apreendida a realidade econômica que lhes é subjacente. Quanto mais

visão global de desenvolvimento, segue perspectiva p. parte teórica econômica e c/c o ecossist. 18 sist. ec. / pontos sist. ec.

L

Ver

J



## DESENVOLVIMENTO-SUBDESENVOLVIMENTO: A PROBLEMÁTICA ATUAL

### As dimensões do conceito de desenvolvimento

O conceito de desenvolvimento tem sido utilizado, com referência à história contemporânea, em dois sentidos distintos. O primeiro diz respeito à evolução de um sistema social de produção à medida que este, mediante a acumulação e o progresso das técnicas, torna-se mais eficaz, ou seja, eleva a produtividade do conjunto de sua força de trabalho. Conceitos tais que eficácia e produtividade são evidentemente ambíguos quando se lida com sistemas sociais de produção, cujos *inputs* e *outputs* são heterogêneos e se modificam com o tempo. Contudo, pode-se admitir como evidente que a divisão social do trabalho acresce à eficiência deste, e que a acumulação não é apenas a transferência no tempo da utilização final de um recurso, e sim a adição de uma dimensão diacrônica à divisão social do trabalho. Se a divisão do trabalho é um horizonte aberto à criatividade humana, suas possibilidades aumentam consideravelmente quando, às tarefas que se realizam simultaneamente, adicionam-se ou substituem-se outras que podem ser distribuídas num período de tempo mais ou menos longo. Quem utiliza um instrumento divide o trabalho com outros que no passado contribuíram direta ou indiretamente para produzir o referido instrumento.

O segundo sentido em que se faz referência ao conceito de desenvolvimento relaciona-se com o grau de satisfação das necessidades humanas. A ambigüidade neste caso aumenta. Existe um primeiro plano no qual se podem usar critérios até certo ponto objetivos: quando se

*Exatidão da ciência do qual, cada um de nós, no sentido de expandir horizontes, e aprofundar conhecimentos.*

trata da satisfação de necessidades humanas elementares, tais como a alimentação, o vestuário, a habitação. Também é verdade que a ampliação da expectativa de vida de uma população — tidas em conta certas distorções introduzidas pela estratificação social — constitui indicador de melhora na satisfação de suas necessidades elementares. Mas à medida que nos afastamos desse primeiro plano, mais urgente se torna a referência a um sistema de valores, pois a idéia mesma de *necessidade* humana, quando não relacionada ao essencial, tende a perder nitidez fora de determinado contexto cultural.

A rigor, a idéia de desenvolvimento possui pelo menos três dimensões: a do incremento da eficácia do sistema social de produção, a da satisfação de necessidades elementares da população e a da consecução de objetivos a que almejam grupos dominantes de uma sociedade e que competem na utilização de recursos escassos. A terceira dimensão é, certamente, a mais ambígua, pois aquilo a que aspira um grupo social pode parecer para outros simples desperdício de recursos. Daí que essa terceira dimensão somente chegue a ser percebida como tal se incluída num discurso ideológico. Assim, a concepção de desenvolvimento de uma sociedade não é alheia à sua estrutura social, e tampouco a formulação de uma política de desenvolvimento e sua implantação são concebíveis sem preparação ideológica.

*Exatidão da ciência do qual, cada um de nós, no sentido de expandir horizontes, e aprofundar conhecimentos.*

O aumento da eficácia do sistema de produção — comumente apresentada como indicador principal do desenvolvimento — não é condição suficiente para que sejam mais bem satisfeitas as necessidades elementares da população. Tem-se mesmo observado a degradação das condições de vida de uma massa populacional como consequência da introdução de técnicas mais sofisticadas. Por outro lado, o aumento da disponibilidade de recursos e a elevação dos padrões de vida podem ocorrer na ausência de modificação nos processos produtivos; por exemplo, quando aumenta a pressão sobre as reservas de recursos não-reprodutíveis. A visão corrente do desenvolvimento pretende ignorar que a criação de valor, no sistema capitalista, envolve um custo maior do que aquele que figura nas contabilidades privada e pública. Não é demais assinalar que a *ação produtiva* do homem tem cada vez mais como contrapartida processos naturais irreversíveis, tais como a degradação de energia, tendentes a aumentar a entropia do universo. O estímulo às técnicas apoiadas na utilização intensiva de energia, fruto da visão a curto prazo engendrada pela apropriação privada dos recursos

*Exatidão da ciência do qual, cada um de nós, no sentido de expandir horizontes, e aprofundar conhecimentos.*

uma ação crescentemente predatória.

É este apenas outro aspecto do problema da orientação do progresso das técnicas. Na sociedade capitalista o avanço das técnicas de sempenha, ao lado do papel referido de reduzir a pressão no sentido da igualdade social, este outro de possibilitar a expansão continuada dos gastos de consumo dos grupos de rendas altas e médias. Essa orientação particular da tecnologia condiciona a evolução do sistema produtivo, o qual deve adaptar-se para assegurar a difusão social de muitos dos produtos inicialmente reservados às minorias de altas rendas. Assim, se a orientação da técnica foi no sentido de mecanizar o transporte individual das minorias de altas rendas — forma de assegurar a expansão do consumo destas em certa fase evolutiva —, a busca subsequente de economias de escala levará as empresas a tirar proveito da elevação do salário real para difundir entre a massa da população hábitos similares de transporte, ainda que isso implique em custos sociais indiretos consideráveis e leve à degradação da qualidade da vida do conjunto da população.

A subordinação da inventividade técnica aos interesses de reprodução de uma sociedade fortemente inigualitária e de elevado potencial de acumulação é a causa de alguns dos aspectos paradoxais da civilização contemporânea. É bem sabido que, mesmo nos países em que mais avançou o processo de acumulação, parte da população não alcança o nível de renda real necessária para satisfazer o que se considera como sendo necessidades elementares. Ocorre que a elevação do salário básico é parte de um processo que compreende o aumento do coeficiente de desperdício implícito no dispêndio dos grupos de rendas altas e também a difusão, entre os grupos de rendas médias, de formas de consumo mais e mais sofisticadas. Assim, a eliminação da "pobreza dentro da riqueza" faz-se mais difícil com o avanço da acumulação. Foi em função dos valores dessa civilização material que se formou a consciência das desigualdades internacionais de níveis de vida, do atraso acumulado, do *subdesenvolvimento*. E nesse contexto emergiu uma nova temática do desenvolvimento.

A concentração geográfica, em benefício de certos países, do avanço das técnicas seria uma das consequências de mais profundo alcance da intensificação do processo acumulativo. Já Adam Smith havia observado que as possibilidades abertas à divisão social do trabalho são

do esta para injetar um elemento de objetividade à terceira dimensão a que fizemos referência. O enfoque globalizador dos processos econômicos, que corresponde à preeminência do Estado como agente propulsor e orientador das atividades econômicas e árbitro dos conflitos de classes na definição do interesse nacional, viria finalmente a prevalecer na concepção do desenvolvimento. Tem aí sua origem o uso de conceitos como o de renda ou produto *per capita*, produtividade social dos fatores da produção e outros similares — sem qualquer referência à distribuição da renda, aos antagonismos sociais, ao perfil da acumulação e aos preços relativos —, como indicadores universais do desenvolvimento.

A reflexão sobre o desenvolvimento, no período subsequente à Segunda Guerra Mundial, teve como causa principal a tomada de consciência do auras econômico em que vive a grande maioria da humanidade. Indicadores mais específicos, tais como mortalidade infantil, incidência de enfermidades contagiosas, grau de alfabetização e outros logo foram lembrados, o que contribuiu para amalgamar as idéias de desenvolvimento, bem-estar social, modernização, enfim tudo que sugeria acesso às formas de vida criadas pela civilização industrial.

Mais do que um tema acadêmico, essa reflexão foi alimentada pelo debate político nascido das grandes transformações produzidas pela Segunda Guerra Mundial, tais como o desmantelamento das estruturas coloniais e a emergência de novas formas de hegemonia internacional fundadas no controle da tecnologia e da informação e na manipulação ideológica. Importante função catalisadora coube, numa primeira fase, às novas instituições internacionais — as Nações Unidas, suas comissões regionais e agências especializadas —, cujos secretários técnicos realizaram trabalhos empíricos e interpretativos no quadro de uma nova problemática. A penetração no mundo acadêmico foi inicialmente lenta. No que respeita à ciência econômica, as dificuldades concretas para abordar a nova temática não seriam das menores. Os primeiros enfoques acadêmicos procuraram assimilar os problemas do desenvolvimento retardado (ou subdesenvolvimento) ao mau funcionamento da economia internacional, ou seja, ao abandono dos princípios da doutrina liberal. Os princípios subjacentes aos acordos de Bretton Woods (1944) e à Carta de Havana (1948) são o pensamento liberal. A superestrutura institucional então criada (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, GATT) destinou-se a assegurar, mediante uma tutela indireta, que as políticas econômicas nacionais levassem

muito maiores na atividade manufatureira do que na agricultura. A divisão em tarefas do labor manufatureiro abriria possibilidades inusitadas à acumulação e modificaria progressivamente a estrutura dessa atividade, na qual a separação entre processos tendeu a ocupar o papel que antes correspondia à distinção entre produtos. Assim, a interdependência entre atividades manufatureiras foi crescendo sincrônica e diacronicamente. A idéia de produtividade, que na agricultura e na atividade artesanal podia ser facilmente captada no plano microeconômico, com o avanço da industrialização fez-se mais e mais inseparável do grau de desenvolvimento alcançado pelo conjunto das atividades industriais. Os reflexos no sistema de preços relativos dos avanços na produtividade tornaram-se cada vez mais difíceis de identificar. Mas como a inovação técnica favorece na apropriação do produto as empresas que a lideram, compreende-se que exista uma tendência estrutural na economia capitalista para concentrar a renda em benefício dos países que exportam os produtos que incorporam a técnica mais avançada.

A percepção dessa problemática já se manifestara no grande debate em torno da opção livre-câmbio e protecionismo, na segunda metade do século XIX. A teoria dos custos comparativos, fundada por D. Ricardo e completada por J. S. Mill, expunha de maneira irretorquível a vantagem de levar o mais longe possível a especialização no quadro da divisão internacional do trabalho. Pouca dúvida podia haver de que, exportando vinhos, Portugal estava maximizando vantagens comparativas, pois assim utilizava mais eficazmente recursos que pouco ou nada lhe custavam. Mas por essa forma também estava Portugal optando por um processo mais lento de acumulação, enveredando por um caminho em que eram bem menores as chances de inovação técnica. Bastaria ter em conta que Portugal estava pagando com um produto imutável (vinho) um fluxo de produtos em permanente renovação (as manufaturas inglesas), para perceber a assimetria que existia nas relações entre os dois países.

A reação contra a doutrina do livre-cambismo fundou-se na idéia de complementaridade entre atividades econômicas e levou ao conceito de *sistema econômico nacional*. A vaga de industrialização que se produziu no último terço do século XIX, e fez brotar toda uma constelação de centros econômicos autônomos, ocorreu essencialmente no quadro do protecionismo-nacional. A partir desse momento, o conceito de desenvolvimento ligou-se explicitamente à idéia de *interesse nacional*, servindo

A partir do séc. XIX, esforço de industrialização integrou-se à ideia de interesse nacional, a soma das vantagens de desenvolvimento do livre-cambismo. Aqui, noção de desenvolvimento e técnica em termos citados.

As tarefas manufatureiras, capitalistas e concorrentes de todos os países, a nível, produtos e métodos, etc.

Devido ao facto de a economia internacional ter sido criada em 1944, a doutrina liberal é a base do pensamento liberal.

na devida contra o objetivo maior da estabilidade internacional. Reviveu-se, assim, sob a tutela dos Estados Unidos, o projeto de estruturação de um sistema econômico mundial, a partir de um centro nacional dominante, ensaiado um século antes pela Inglaterra.

Sendo um reflexo da tomada de consciência de uma situação de atraso e dependência, ela mesma engendrada ou aprofundada pelas relações internacionais, a nova reflexão sobre o desenvolvimento teria necessariamente que conflitar com a doutrina liberal esposada pelos Estados Unidos, o que explica sua orientação inicial para a crítica da teoria do comércio internacional e para a condenação do sistema de divisão internacional do trabalho que se pretendia restabelecer. Mas, seu campo de ação se ampliaria consideravelmente já nos anos 1950, sem que em nenhum momento o enfoque deixasse de ser multidisciplinar, insistindo os autores mais influentes na primazia dos aspectos políticos.

Com efeito, durante todo o período referido, o debate sobre o desenvolvimento centrou-se em questões cuja dimensão política era determinante: degradação dos termos do intercâmbio externo, inadequação do sistema de preços na orientação dos investimentos, debilidade da acumulação em sociedades expostas ao efeito de demonstração, insuficiência das instituições tradicionais em face das novas funções do Estado, inadequação da tecnologia importada relativamente à oferta potencial de fatores e às dimensões do mercado interno, anacronismo das estruturas agrárias, tendência estrutural à concentração da renda, inflação crônica, desequilíbrio persistente de balanço de pagamentos, e assim por diante. A abordagem dessa temática complexa foi sendo feita sem o benefício de um esforço de teorização prévio na dimensão requerida, e quase sempre a partir de marcos conceituais, de todo insuficientes. Contudo, coube à obra de alguns autores papel de real importância na abertura de novos caminhos, conforme indicaremos no capítulo seguinte.

### Visão sintética do processo desenvolvimento-subdesenvolvimento

O processo histórico formativo de um sistema econômico mundial, cujo ponto de partida é a aceleração da acumulação que conhecemos como Revolução Industrial, apresenta desde o início duas faces dis-

2. Tipos de consolidação do sistema econômico

tintas. A primeira retrata a transformação do modo de produção, ou seja, o processo de destruição total ou parcial das formas familiar, artesanal, senhorial e corporativa de organização da produção, e de progressiva implantação de mercados de ingredientes da produção: mão-de-obra e recursos naturais apropriados privadamente. Essa transformação no sistema de dominação social responsável pela organização da produção abriu mais amplos canais à divisão do trabalho e ao avanço das técnicas, o que realimentaria o processo acumulativo.

A segunda face reflete a ativação das atividades comerciais, mais precisamente, da divisão do trabalho inter-regional. As regiões em que se localizou a aceleração da acumulação tenderam a especializar-se naquelas atividades produtivas em que a revolução em curso, no modo de produção abria maiores possibilidades ao avanço da técnica, transformando-se em focos geradores do progresso tecnológico. Contudo, a especialização geográfica também proporcionava aumentos de produtividade, vale dizer, permitia uma utilização mais eficaz dos recursos produtivos disponíveis. Causados pelo intercâmbio externo, esses aumentos de produtividade serviam de vetor de transmissão das inovações na cultura material que acompanhavam a intensificação da acumulação. O progresso — entendido como assimilação das novas formas de vida possibilitadas por um nível mais alto de acumulação — manifestou-se por toda parte, ainda que em graus diversos. A modernização dos padrões de consumo — transformação imitativa de segmentos da cultura material — pôde avançar consideravelmente sem interferência maior nas estruturas sociais, o que explica que em muitas partes do mundo a ativação do comércio exterior se haja realizado no quadro das formas preexistentes de organização da produção, inclusive a escravidão. Essa expansão do comércio exterior também realimentaria o processo acumulativo nos centros geradores de progresso técnico, contribuindo amplamente para intensificar as transformações das estruturas sociais nas áreas em que o sistema produtivo estava em rápida evolução.

A formação do sistema econômico mundial apoiou-se, assim, tanto no processo de transformação das estruturas sociais como no processo de modernização do estilo de vida. Desenvolvimento e subdesenvolvimento, como expressão de estruturas sociais, viriam a ser as resultantes da prevalência de um ou outro desses dois processos. Cabe, portanto, considerar o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como situações históricas distintas, mas derivadas de um mesmo impulso inicial e ten-

A formação do sistema econômico mundial desmi- de processo de destruição total ou parcial das formas familiar, artesanal, senhorial e corporativa de organização da produção, e de progressiva implantação de mercados de ingredientes da produção: mão-de-obra e recursos naturais apropriados privadamente. Essa transformação no sistema de dominação social responsável pela organização da produção abriu mais amplos canais à divisão do trabalho e ao avanço das técnicas, o que realimentaria o processo acumulativo.

dendo a reforçar-se mutuamente. Quanto mais ampla fosse a divisão internacional do trabalho, mais profundas seriam as transformações sociais no centro do sistema e mais intensa a modernização das formas de vida em sua periferia. Portanto, para compreender as causas da persistência histórica do subdesenvolvimento, faz-se necessário observá-lo como parte que é de um todo em movimento, como expressão da dinâmica do sistema econômico mundial engendrado pelo capitalismo industrial.

A industrialização retardada que teria lugar nos países que se haviam inserido no sistema econômico mundial pela via da modernização far-se-ia em concorrência com as importações e não com a atividade artesanal preexistente. Longe de ser um reflexo do nível de acumulação alcançado, a evolução do sistema produtivo assume a forma de um processo de adaptação no qual o papel diretor cabe às forças externas e internas que definem o perfil da demanda final. Daí que as estruturas sociais desses países sejam tão distintas das que se constituíram ali onde avançaram paralelamente acumulação e diversificação da demanda.

A mecanização das infra-estruturas e as transformações impostas à agricultura pelo esforço de exportação e pela evolução da demanda interna, bem como o impacto da industrialização na construção civil, na confecção e outros setores em que era importante a atividade artesanal, põem em marcha um amplo processo de destruição de formas de emprego que o ritmo de acumulação está longe de poder neutralizar. A intensa e caótica urbanização, presente na totalidade dos países subdesenvolvidos, é a manifestação mais visível desse processo de destruturação social. O conceito de desemprego disfardado, difundido pelos economistas a começos dos anos 1950, constituiu a primeira tomada de consciência do problema, mas foram os estudos sobre marginalidade urbana, realizados pelos sociólogos latino-americanos no decênio seguinte, que permitiram mais bem equacioná-lo e trazer à evidência a especificidade das estruturas sociais surgidas nesses países de industrialização retardada.

As massas demográficas, que a modificação das formas de produção priva de suas ocupações tradicionais, buscam abrigo em sistemas subculturais urbanos que só esporadicamente se articulam com os mercados, mas sobre eles exercem uma forte influência como reservatórios de mão-de-obra. Realizando em grande parte sua reprodução no quadro de um sistema informal de produção, as populações ditas marginais são a expressão de uma estratificação social que tem suas raízes na mo-

dernização. A inadequação da tecnologia, a que se referiram alguns economistas, de um ângulo de vista sociológico traduziu-se na polaridade modernização-marginalidade.

Foi o esforço visando a unificar o quadro conceitual dessa problemática que produziu a teoria da dependência. Esta se funda numa visão global do capitalismo — enfocada como um sistema econômico em expansão vertical e horizontal e como uma constelação de formas sociais heterogêneas — que permite captar a diversidade no tempo e no espaço do processo de acumulação e as projeções dessa diversidade no comportamento dos segmentos periféricos. Graças a esse enfoque, foi possível aprofundar a análise das vinculações entre as relações externas e as formas internas de dominação social nos países que se instalaram no subdesenvolvimento, bem como projetar luz sobre outros temas de considerável significação, tais como a natureza do Estado e o papel das firmas transnacionais nos países de economia dependente.

Ali onde a modernização se apoiou na exploração de recursos não-renováveis (por ser extremo, o caso dos países exportadores de petróleo presta-se mais facilmente à análise), o excedente retido no país de origem tendeu a ser captado por um sistema de poder local. Em razão disso, a vinculação externa condicionou sobretudo a evolução da estrutura de poder, favorecendo seu fortalecimento e centralização. Esse processo de condensação de poder em instituições centralizadoras, coincidindo com a destruturação social a que fizemos referência, empresta ao Estado características que apenas começam a ser percebidas em sua originalidade. Sendo o Estado, no essencial, um instrumento captador de excedente, a evolução das estruturas sociais tende a ser fortemente influenciada pela orientação dada por ele à aplicação dos recursos que controla.

Constitui, evidentemente, caso limite a situação dos países que se vinculam ao exterior mediante a exploração de recursos não-renováveis e em que o Estado é o instrumento privilegiado da acumulação controlada do interior. Contudo, nos demais países subdesenvolvidos a evolução política se vem orientando no mesmo sentido, sendo geral o fortalecimento do aparelho estatal e emergência, sob sua tutela, de novas formas de organização social. Os investimentos infra-estruturais e nas indústrias básicas dependem diretamente do poder público, ou de garantias dadas por este a grupos estrangeiros. A poupança local, em grande parte compulsória, inexistiria sem a iniciativa do Estado, o qual assume crescentes responsabilidades no campo da produção, podendo

Subdesenvolvido. → Estado forte  
Política de intervenção  
trabalho



Desenv. como processo de transição do conf. de  
uma sociedade, os quais sist. de valores de coerção.  
as empresas por ele criadas operar com ampla margem de autonomia.  
Assim, perdem validade muitos dos critérios tradicionalmente usados  
para diferenciar atividades públicas de privadas.

A reflexão sobre o desenvolvimento, ao conduzir a uma progressiva aproximação da teoria da acumulação com a teoria da estratificação social e com a teoria do poder, constituiu-se em ponto de convergência das distintas ciências sociais.

As primeiras idéias sobre desenvolvimento econômico, definido como um aumento do fluxo de bens e serviços mais rápido que a expansão demográfica, foram progressivamente substituídas por outras referidas a transformações do conjunto de uma sociedade às quais um sistema de valores empresta coerência e sentido. Medir um fluxo de bens e serviços é operação que somente tem consistência quando tais bens e serviços se ligam à satisfação de necessidades humanas objetivamente definíveis, isto é, identificáveis independentemente das desigualdades sociais existentes. Quando o economista adiciona gastos realizados pelos consumidores, está em busca de uma variável representativa da demand a efetiva e não de um indicador de bem-estar social. Contudo, é a idéia desta última que está contida no conceito de desenvolvimento. O debate em torno desse ponto, de apatência técnica, traria à tona os aspectos ideológicos das políticas de desenvolvimento e levaria à crítica dos tipos de sociedade postulados implicitamente por essas políticas.

A temática tradicional circunscrita aos "obstáculos ao desenvolvimento" tendeu a ser substituída por outra saída do debate sobre os "limites ao crescimento", os "estilos de desenvolvimento", os "tipos de sociedade", a "ordem mundial". O aprofundamento da análise das relações internacionais de dominação-dependência e de sua introjção nas estruturas sociais permitiu ver com maior clareza a natureza das forças que respondem pela tendência à persistente concentração da renda em benefício das economias dominantes e pela marginalização de frações crescentes de população nos países de economia dependente. Por outro lado, a crítica da "lógica dos mercados" levou a uma clara percepção do impacto no ecossistema de um tipo de sociedade que impulsiona a acumulação ao mesmo tempo que reproduz necessariamente as desigualdades. Ao caráter interdisciplinar da reflexão sobre o desenvolvimento deve-se, seguramente, sua fecundidade. De toda maneira, os horizontes por ela abertos contribuíram para aprofundar a consciência crítica do homem contemporâneo.

III

A NOVA VISÃO DO DESENVOLVIMENTO:  
INFLUÊNCIA DE ALGUNS AUTORES

Ao colocar em primeiro plano uma visão global das decisões econômicas, cuja insuficiência de coordenação seria a causa primária do desemprego de fatores, intermitente ou crônico, Keynes restabeleceu a primazia do político sobre o econômico.<sup>1</sup> Entrincheirando-se numa posição ideológica defensiva, o pensamento neoclássico restringira-se mais e mais ao estudo das condições de equilíbrio dos mercados concebidos isoladamente e da interdependência geral desses mercados vista como um problema essencialmente de consistência formal. Conceber a política econômica como um esforço de coordenação de decisões — modificação tanto do comportamento dos consumidores mediante a política de salários, fiscais, de preços etc. como das decisões dos investidores manipulando os gastos públicos, a criação de liquidez etc. — constituía uma ruptura frontal com a visão otimista, no que diz respeito à eficácia do sistema de preços, embutida no pensamento neoclássico. Com a análise macroeconômica keynesiana emergiu uma teoria da coordenação das decisões econômicas que valorizaria consideravelmente os centros de decisão em nível nacional. Ora, se a luta contra o desemprego requeria uma ação direta do Estado sobre o conjunto do sistema econômico, que dizer das modificações estruturais sem as quais dificilmente se poderia escapar ao subdesenvolvimento? Esse enfoque levou a dar ênfase à dimensão política daquilo que se apresentava como problemas econômicos e a visualizar a superação do subdesenvolvimento no quadro de um projeto político. Tem aí sua origem a idéia de que, sem uma ação de choque do Estado visando a reconstruções de estruturas, a determinar em cada caso, tenderia a perpetuar-se um "equilíbrio de subdesenvolvimento".